

Por Loyanna Andrade Miranda e Victória Rocco

A judicialização da saúde no Brasil tem impactado negativamente a sustentabilidade do sistema, gerando insegurança jurídica e aumentando custos

O direito à saúde é assegurado pela Constituição Federal como um direito social fundamental, cuja concretização envolve a atuação coordenada do poder público e da iniciativa privada. Nesse contexto, os planos de saúde atuam como importante instrumento de apoio à sustentabilidade do sistema de saúde no Brasil.

Além de atuarem como agentes de prestação direta de serviços, as operadoras são também indutoras de inovação, promovendo investimentos em tecnologia, medicina preventiva, telessaúde e programas de atenção primária, com impactos positivos sobre indicadores de saúde e qualidade de vida dos usuários. Essa atuação complementa os esforços do setor público, contribuindo para o uso racional dos serviços de saúde.

[Leia aqui na íntegra.](#)

Fonte: Migalhas, em 08.04.2025